



ESTUDO DE VIABILIDADE DO PARQUE SIRITINGA EM SÃO JOÃO DO MANHUAÇU: VALORIZAÇÃO DO AGROTURISMO EM PEQUENAS CIDADES.

Samuel Vieira

Wagner de Azevedo Dornellas

Curso: Arquitetura

Período: 9º Período

Área de Pesquisa:

Requalificação de parques naturais e o agroturismo.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios do Parque da Siritinga, localizado na cidade de São João do Manhuaçu, Minas Gerais, visando contribuir para a compreensão da situação atual da área de preservação e sua relevância para a qualidade de vida da população local. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica e levantamento da área de estudo, com observação direta e análise crítica da paisagem e do uso do solo. O estudo identificou que, apesar de sua localização estratégica e das condições naturais favoráveis, o parque encontra-se subutilizado e negligenciado pelo poder público, sem políticas eficazes de recuperação, manutenção e valorização. Verificou-se também a ausência de incentivos à criação de espaços voltados ao lazer, turismo e educação ambiental, especialmente em regiões de mata atlântica remanescente. Como resultado, observa-se a necessidade de planejamento urbano e ambiental que considere o uso sustentável desses espaços, respeitando as legislações vigentes e promovendo a inclusão social, acessibilidade e integração com a comunidade. A conclusão aponta que a requalificação do parque, por meio de parcerias entre setor público e instituições privadas, pode representar uma oportunidade concreta de valorização territorial, desenvolvimento econômico local e fortalecimento da identidade cultural, desde que se adotem diretrizes que priorizem a conservação da biodiversidade, a infraestrutura ecológica e o estímulo ao turismo responsável.

Palavras-chave: Agroturismo; preservação ambiental; turismo sustentável; planejamento urbano; requalificação de espaços públicos.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com uma economia variável, mas diversificada, possuindo um vasto potencial agrícola. As terras cultiváveis, aliadas a tecnologias modernas, têm possibilitado uma alta produtividade de alimentos. Segundo o Prognóstico do IBGE (2020), "a safra de 2024 alcançou 292,7 milhões de toneladas, com uma queda de 7,2% (22,7 milhões de toneladas) em relação à safra de 2023".

Na região da Zona da Mata, em Minas Gerais, o agronegócio é a principal atividade econômica, complementada por corretoras que envolvem diversos pequenos produtores. Juntos, esses produtores fortalecem o mercado nacional, especialmente na

produção de café. Minas Gerais é o maior produtor e exportador de café do Brasil, com a variedade arábica predominando; essa espécie representa 72% da área cultivada nacionalmente e 75% da produção total de café no país, conforme dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE, 2024).

Em cidades de pequeno porte, como São João do Manhuaçu, a produção de café é responsável por quase 100% da economia local. No entanto, essa cultura muitas vezes não recebe a valorização que merece e, em algumas situações, é até desconsiderada. Infelizmente, não há uma cidade na região da Zona da Mata que se destaque pela valorização da cultura cafeeira e que sirva como referência turística para o país.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de implementar ações que valorizem essa cultura, uma vez que o turismo é um fator que proporciona visibilidade e fortalece tanto a cultura quanto a cidade como um todo. Como aponta Swarbrooke (2000), a maioria dos analistas concorda que o aspecto mais importante da política do turismo é a proteção da comunidade local e do seu meio ambiente. Uma das premissas fundamentais do turismo sustentável é a participação ativa da população local no planejamento e, se possível, no controle da própria atividade turística. Portanto, quais diretrizes deve-se adotar para desenvolver uma atração voltada para essa cultura local?

Nesse contexto, identificou-se um parque na cidade que se encontra em estado de abandono há algum tempo, devido à falta de recursos e ao desinteresse da população em visitá-lo. No entanto, esse parque é uma reserva natural com grande potencial. Assim, o objetivo é revitalizá-lo, criando um espaço dedicado ao agronegócio, que atraia o interesse de produtores de café e turistas na região. Para isso, será necessário realizar pesquisas que garantam que o parque alcance a visibilidade desejada no cenário nacional e internacional.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceitos de agroturismo e sua relevância socioeconômica

O turismo rural tem crescido em diversas regiões do Brasil, impulsionado pela busca por autenticidade, contato com a natureza e valorização das culturas locais. Como destaca Guilhermino (2021), o agroturismo é considerado uma atividade complementar capaz de gerar renda e fortalecer a permanência da agricultura familiar nas comunidades rurais.

Segundo Francisco Junior (1999), o turismo em áreas rurais tende a ser uma nova opção de complemento de renda e desenvolvimento regional. Se colocado em pauta em pequenas cidades, será de fato uma grande ferramenta de atração de capital. Da mesma forma, Gomes (2010) argumenta que o turismo é vetor de geração de renda e oportunidades em regiões pouco industrializadas, especialmente no interior.

O turismo rural é a prática de todas as atividades que estão inscritas nas diversas modalidades do turismo e que se complementam entre si. Sendo assim, encaram o turismo rural, o agroturismo, o turismo ecológico, o turismo de aventura, o turismo de negócios, o turismo de saúde, o turismo cultural e o turismo desportivo [...] (PIMENTA, 2016, p. 129-130).

Sendo assim, o turismo rural promove transformações abruptas nas identidades produtivas locais, com exclusão das populações tradicionais e adoção de práticas voltadas ao mercado internacional (Santos,1978; Elias, 2011). Nesse contexto, iniciativas como o agroturismo surgem como alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural, capazes de fortalecer a permanência das populações

tradicionais no campo e valorizar seus modos de vida. Ao integrar atividades turísticas com as rotinas agrícolas, o agroturismo contribui não apenas para a diversificação da renda, mas também para a preservação de saberes ancestrais, da cultura local e do meio ambiente. Assim, contrapõe-se ao modelo hegemônico da agricultura voltada exclusivamente para exportação, promovendo uma relação mais equilibrada entre produção, identidade e território.

Por isso, conforme aponta Andrade (2006), o meio rural não pode ser mais visto apenas como produtor de mercadorias agropecuárias, e sim como um ambiente que pode oferecer ar, água, turismo, lazer, saúde e resgate do passado. Ao olhar para o meio rural, não se pode mais pensar apenas na produção de mercadorias, mas sim em tudo o que ele pode oferecer além disso. O campo é um espaço rico em histórias, culturas e práticas que podem ser compartilhadas de forma significativa com aqueles que buscam uma conexão mais profunda com a natureza e com o modo de vida rural. “O turismo possui a capacidade de gerar mudanças e impactos significativos em uma comunidade.” (FERREIRA, 2005, p. 69).

O agroturismo surge como uma excelente maneira de trazer essa experiência para as pessoas, ao mesmo tempo em que garante uma fonte de renda para quem vive no campo. Ele ajuda a fortalecer as identidades locais, preservando tradições e modos de vida, ao mesmo tempo em que cria uma ponte entre as realidades urbanas e rurais. Assim, o agroturismo se mostra como uma alternativa sustentável e enriquecedora, que pode transformar a vida das pessoas e das comunidades, sem precisar abandonar suas raízes. Nesse mesmo sentido:

Já no âmbito de desenvolvimento, o agroturismo representa uma estratégia sustentável da comunidade, ao viabilizar a agricultura familiar. A trilha pode assegurar renda alternativa enquanto se promove a restauração do bioma da Caatinga.” (GUILHERMINO, 2021, p. 377).

Em conjunto com a ideia do agroturismo, como destaca o Ministério do Turismo (2010), o turismo de negócios envolve não apenas reuniões corporativas, mas também alimentação, hospedagem e estrutura para eventos, gerando impacto positivo no comércio local. Assim, tanto o agroturismo quanto o turismo de negócios impulsionam a economia local, gerando oportunidades de renda, estimulando o empreendedorismo e valorizando a cultura e o ambiente rural. Essas práticas reforçam o desenvolvimento sustentável ao integrar comunidade, visitantes e território.

Esse tipo de turismo fortalece a economia local e contribui para a permanência das famílias no campo. Nesse sentido “O turismo rural tem valor significativo ao pequeno produtor, é necessário um olhar voltado ao futuro desta atividade, com planejamento e parcerias.” (BEZERRA; FERKO, 2018, p. 268-269). Além disso, é fundamental envolver tanto os pequenos produtores quanto os cidadãos indiretamente impactados pelo agronegócio, criando condições para que mais pessoas se sintam motivadas a permanecer ou retornar ao meio rural.

Gerar o interesse, de pequenos produtores e dos cidadãos que são afetados pelo agronegócio de maneira indireta, é imprescindível, que parte da população sinta-se incentivada a viver em áreas rurais, as políticas urbanas isoladas não constituem o único meio de reverter essa situação (HENZ, *et al.*, 2018, p. 115).

A fixação da população no meio rural depende não só de políticas urbanas, mas também de incentivos voltados à valorização do campo e à qualidade de vida.

2.2 Agroturismo e sustentabilidade ambiental

O agroturismo surge como uma alternativa sustentável que alia preservação ambiental e desenvolvimento rural. Como observa Seabra (2007), o turismo em espaços rurais, aqui denominado agroturismo, considera imprescindível a preservação da biodiversidade e não somente dos ecossistemas naturais, mas também dos valores culturais relacionadas aos grupos sociais.

Em conjunto, na visão de Guimarães (2001), a vivência na natureza constitui-se em atividade de sensibilização ambiental, envolvendo diferentes estímulos à educação através de valores ou pela identificação com a paisagem. Contudo, “o agroturismo apresenta aos turistas todo o encanto da paisagem do bioma e seus benefícios ambientais como conservação da água e do solo, e conservação de toda sua biodiversidade.” (GUILHERMINO, 2021, p. 384).

O turismo rural tem se apresentado como alternativa viável à diversificação das atividades no campo, contribuindo para a geração de emprego e renda, além da valorização do modo de vida rural. Segundo Vong, Valle e Silva (2014), o turismo rural é uma tipologia de turismo com particular interesse, na medida em que permite promover a vida social, econômica e cultural dos habitantes locais, com preservação da sustentabilidade ambiental. Essa forma de turismo poderá se embasar nas condições naturais do território, mas também no seu rico e variado patrimônio cultural, o que inclui a atitude acolhedora das comunidades locais.

No tocante ao turismo rural, “este vem ganhando uma proporção significativa para o público que busca descanso, atividades interioranas junto à natureza e a essência da vida no campo” (BEZERRA; FERKO, 2018, p. 254). Para que essa forma de turismo se mantenha sustentável e benéfica a longo prazo Hovinen (2006), salienta que relações entre o turismo e o meio ambiente, o natural e o cultural devem ser geridas de modo sustentável a longo prazo.

Com premissas de sustentabilidade, torna-se uma estratégia para estabelecer a harmonia entre áreas urbanas e rurais no Brasil [...]. Ainda que a modernização agrícola indique aumentos tanto de produção quanto de produtividade, é imprescindível para o equilíbrio social e sustentação de índices de bem-estar, que em um país com tamanha extensão territorial, parte da população sinta-se incentivada a viver em áreas rurais, uma vez que os problemas decorrentes do crescimento das cidades são assustadores, e as políticas urbanas, isoladas, não se constituem como o único meio de reverter esta situação (HENZ; *et al.*, 2018, p. 115).

Portanto, Andrade (2006) defende o turismo rural como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável local, desde que seja realizado conforme seus princípios. Quando bem planejado, o agroturismo pode gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando a cultura local e preservando os recursos naturais. Dessa forma, o turismo rural se torna uma ferramenta para fortalecer as economias locais e promover a sustentabilidade.

2.3 O café como vetor cultural e turístico

O turismo surge como alternativa ao declínio das indústrias tradicionais e da agricultura, especialmente em regiões periféricas, como aponta Weidfeld (2018). No

contexto do café, ele se torna um vetor cultural e turístico, conectando tradição e desenvolvimento local. Ao explorar o café como patrimônio, essas regiões podem revitalizar sua economia e promover o turismo sustentável.

Em 1919, Monteiro Lobato, em seu livro *Cidades Mortas*, retratou a decadência das cidades marcadas pela cafeicultura no Vale do Paraíba, fenômeno que ficou conhecido como a “marcha do café” rumo ao Oeste Paulista. Essas regiões, embora afetadas economicamente pela decadência da monocultura cafeeira, preservam até hoje um rico patrimônio natural e arquitetônico. Conforme destacam Santos, Hanaoka e Carniello (2015), “o legado arquitetônico resultante das atividades vinculadas à produção cafeeira encontra-se disseminado entre os municípios que compõem a microrregião”. Embora o livro trate de um caso específico, essa mesma dinâmica de ascensão e declínio da cafeicultura também é observada em diversas localidades da Zona da Mata Mineira, onde o legado cultural e arquitetônico permanece apagado como marca identitária do território.

Por outro lado, a cultura cafeeira agregou na formação dessas cidades de maneira extremamente importante como ressalta:

[...] A produção cafeeira e sua relação com a urbanização das cidades ligam-se diretamente com a riqueza gerada por ela que aos poucos foram sendo invertidas para outros setores e, nesse processo, as cidades foram sendo beneficiadas com os mais diversos empreendimentos (SANTOS, 2002, p. 57).

Esse processo contribuiu para a modernização da infraestrutura urbana, com a construção de estradas, praças e edificações públicas e privadas que até hoje compõem o cenário urbano. Assim, o ciclo do café deixou não apenas um legado econômico, mas também cultural e arquitetônico, que ainda pode ser explorado como potencial turístico e patrimonial.

Porém, esse legado também pode ser associado ao fato de que regiões montanhosas, como a Zona da Mata Mineira, atraem visitantes por suas belíssimas paisagens, integradas à imagem de uma “indústria natural”. A região montanhosa tem a sua história de povoamento e desenvolvimento interligada à produção agrícola, com destaque para a cafeicultura, inserida há dois séculos, 1822-2022 (SEMACE, 2010; PINHEIRO e SILVA *et al.*, 2017). A produção de café assume papel de destaque por encontrar, nesse território, condições ideais para o cultivo do café arábica, uma variedade conhecida pela alta qualidade, com aroma e sabor mais intensos, que agradam aos paladares como menciona Sepúlveda (2016); Queiroga (2021). Cultivado especialmente em áreas de cabeceira, esse tipo de café é valorizado como produto especial, despertando o interesse de visitantes e apreciadores em conhecer de perto o processo de produção do chamado “café especial”. Contudo, o espaço pode se tornar um fator de aproximação entre os agricultores e os consumidores desse tipo de café. Para que essa permanência no campo seja efetiva, é essencial estimular o interesse tanto de pequenos produtores quanto de cidadãos afetados indiretamente pelo agronegócio, promovendo um vínculo mais forte com o meio rural.

Restabelecer uma conexão mais direta entre aqueles que cultivam os alimentos e aqueles que os consomem, com um objetivo de restabelecer uma cultura de sustentabilidade, que leva em conta as interações entre todos os componentes do sistema alimentar (GLIESSMAN, 2010, p. 7).

Ressalta-se, portanto, o valor dessa aproximação para todos os envolvidos na cadeia do café sejam produtores, compradores ou consumidores. O agroturismo surge como uma estratégia capaz de agregar valor ao produto, e proporcionar a todos experiências únicas como ressalta Silveira e Melo (2009), percepção ambiental inclui observar, sentir, experimentar, questionar, refletir e descobrir as peculiaridades da vegetação, da fauna, do relevo e do solo.

2.4 Impactos do agroturismo em pequenas cidades: o caso de São João do Manhuaçu.

A economia de São João do Manhuaçu possui um viés fortemente voltado ao setor primário, sendo o café a principal atividade desenvolvida em todo o seu território. Emmendoerfer (2002), em seu texto "O Turismo Sustentável como oportunidade para os municípios brasileiros com base econômica no setor primário", observa que quanto mais diversificada for uma localidade turística, maiores são as chances de atrair visitantes. No entanto, ele ressalta ser fundamental que o município possua uma identidade clara, o que implica na definição de um produto âncora, ou seja, o principal atrativo turístico da região. Nesse contexto, o autor destaca ainda que, Emmendoerfer (2002), a primeira e mais importante decisão neste processo de desenvolvimento do turismo sustentável precisa partir da população residente no município, evidenciando que a participação ativa da comunidade é essencial para a consolidação de uma identidade turística sólida e autêntica. Considerando a importância histórica, econômica e cultural do café para o município, essa atividade desponta como uma forte candidata a se tornar o produto âncora do agroturismo local, capaz de unir tradição, geração de renda e valorização territorial.

Além disso, é fundamental que o desenvolvimento turístico na região traga benefícios não apenas aos visitantes, mas também à população local, promovendo inclusão social, valorização cultural e preservação ambiental. Como destaca Magalhães (2002), o desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, mantendo, simultaneamente, a integridade cultural e ecológica. Pode ser benéfico para os anfitriões e para os visitantes, enquanto protege e melhora a oportunidade para o futuro. No entanto, o autor também alerta que isso exige a adoção de políticas públicas eficazes e decisões bem fundamentadas, capazes de lidar com as complexidades sociais, econômicas e ambientais envolvidas.

Complementando essa perspectiva, Prats, citado por Santos (2002), define quatro fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística sob a ótica da sustentabilidade: a compatibilidade do turismo com a capacidade de carga dos sistemas natural, econômico e social; a integração do turismo com o desenvolvimento econômico local por meio da renovação de setores tradicionais da economia; a inserção do turismo no planejamento estratégico voltado ao desenvolvimento local; e a gestão integrada e participativa, baseada na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da população local. Esses princípios reforçam a ideia de que o turismo sustentável em São João do Manhuaçu deve ser construído com base no equilíbrio entre preservação ambiental, valorização cultural e inclusão econômica, tendo como eixo central o envolvimento direto da comunidade em todas as etapas do processo.

Essa proposta torna-se ainda mais relevante quando se observa que a população de São João do Manhuaçu é majoritariamente composta por pequenos produtores rurais, cuja renda depende quase exclusivamente da safra do café. Ao término do período de colheita, muitos enfrentam dificuldades para manter sua

subsistência, por não disporem de outras fontes de renda durante o restante do ano. Nesse sentido, o turismo surge como uma alternativa complementar promissora, capaz de gerar novas oportunidades de trabalho e valorização da cultura local. Quando planejado de forma adequada e realizado com responsabilidade, o turismo tem potencial para se tornar um importante meio de promoção do desenvolvimento social e econômico entre os pequenos produtores locais.

Nesse mesmo sentido, Almeida, *et al.* (2001) destacam que, no turismo rural, a proteção da originalidade do meio depende diretamente do tipo de desenvolvimento proposto para a área, sendo sustentável apenas se estiver voltado para a valorização do homem do campo, de sua autenticidade e da estabilidade ecológica do meio natural. Os investimentos devem manter as paisagens intactas e estimular uma estrutura social saudável nas comunidades. Assim, é possível afirmar que se está promovendo, de fato, “turismo rural e desenvolvimento sustentável”. Dessa forma, o turismo pode transformar-se em um verdadeiro instrumento de desenvolvimento social, econômico e ambiental para os pequenos produtores da região, desde que planejado com sensibilidade às suas realidades e potencialidades.

O turismo rural não resolve todos os problemas do campo, mas pode ser uma alternativa viável para complementar a renda e fortalecer a economia local. Para gerar benefícios reais, deve estar inserido em um planejamento estratégico que considere os aspectos sociais, ambientais e econômicos da região, promovendo a diversificação das atividades tradicionais. Sem uma política pública dirigida, cabe às prefeituras o papel fundamental no desenvolvimento dessas atividades, seja criando a infraestrutura necessária para os atrativos naturais, seja no incentivo para que moradores locais possam oferecer maior diversidade de serviços como pousadas, chalés, pesque-pagues e restaurantes (SILVA *apud* ALMEIDA e RIELD, 2000, p. 252). Para que assim, possa também estabelecer espaços de qualidade que seja capaz de hospedar e acolher todos os visitantes.

2.5 Repercussões arquitetônicas: espaços para vivência, hospedagem e educação ambiental

O turismo rural surgiu da necessidade de acomodar viajantes em regiões afastadas, onde não havia infraestrutura hoteleira. Inicialmente, caçadores e pescadores pernoitavam em ranchos, e com o tempo, as fazendas passaram a oferecer melhores condições de hospedagem, dando origem às pousadas e hotéis fazenda. Embora o turismo rural tenha se expandido na década de 1960, suas raízes remontam à época em que viajantes precisavam de abrigo nas propriedades rurais durante suas jornadas.

De acordo com Portuguese (2002), a hospedagem inicial em áreas rurais ocorria em unidades anexas às casas dos moradores, proporcionando uma experiência intimista e familiar aos turistas. Esse modelo deu origem ao conceito que Desplanques, tratado na obra de Portuguese (2002), chamou de “agricultura do lazer”. Com o tempo, esse tipo de turismo se expandiu pela Europa e por diversos outros países, incluindo o Brasil, ganhando popularidade como uma forma de lazer rural.

2.6 Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de levantamento bibliográfico e documental acerca das principais características e da importância do agroturismo no Brasil, com foco na cultura do turismo rural. Essa tipologia também foi escolhida para orientar os estudos de caso realizados. Além disso, foi conduzida uma pesquisa aplicada e qualitativa, baseada

em análises e coletas de dados referentes ao contexto de inserção do parque, abrangendo o município de São João do Manhuaçu, bem como a área escolhida, o Parque da Siritinga. A pesquisa incluiu ainda o levantamento de mudanças ocorridas na área nas últimas décadas, com base em bibliografia disponível, análise cartográfica e iconográfica, documental, bem como a observação dos fluxos da área com foco no comportamento ambiental de seus usuários.

2.7 Discussão de Resultados

2.7.1. Contexto histórico do parque da Siritinga.

São João do Manhuaçu, uma Pequena cidade do interior de Minas Gerais com aproximadamente 11.246 habitantes, (IBGE 2022). De acordo com a lei n. 171 de 18 de fevereiro de 1998: o município “cria área de proteção ambiental (APA) da Siritinga Município de São João Do Manhuaçu”.. Localizado na divisa com o município de Santa Margarida, ambos no Estado de Minas Gerais (ver figura 05). A área mencionada é constituída pela Serra da Siritinga e seus arredores com 837,50 ha.

FIGURA 05 - Localização da cidade de São João do Manhuaçu, MG.



Fonte: Google Maps (2025). Modificado pelo autor.

Desde sua criação, foi definida a área de preservação iniciando no ponto 88°35'56"SE e passando por 350 marcos até o ponto 33°43'42" NW, conforme estabelece a Lei n° 376/2005, criada pela Câmara Municipal de São João do Manhuaçu (ver figura 06), uma área muito grande dentro do município de São João do Manhuaçu e com muito valor ambiental onde o acesso é feito por uma via rural não pavimentada com distancia de somente 7 quilômetros do centro da cidade.

FIGURA 06 – Delimitações do Parque Siritinga.



Fonte: Google Earth (2025). Modificado pelo autor

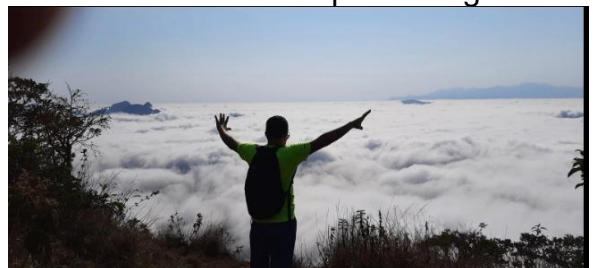
Desde o início, o Parque da Siritinga tem se destacado como um espaço de lazer e contemplação da natureza, atraindo moradores e visitantes da região. Com uma represa natural (ver figura 07) inserida em meio à vegetação nativa e uma trilha que conduz ao topo de uma montanha de onde se avista uma paisagem (ver figura 08), o parque tornou-se um importante ponto de encontro da comunidade local em meados dos anos 1998 até 2005.

FIGURA 07 – Lagoa da Paz no Parque Siritinga



Fonte: Gomes (2003).

FIGURA 08 – Vista do alto da montanha do Parque Siritinga



Fonte: Meireles (2004)

Durante seu período de funcionamento, o parque abrigava atividades como acampamentos, caminhadas e recreações ao ar livre, além de contar com estruturas simples de lazer, como gangorra e tirolesa, que marcaram a memória afetiva de gerações (ver figuras 09 e 10). Seu valor ia além do espaço físico, sendo frequentemente lembrado como um símbolo de contato com a natureza e de convivência comunitária.

FIGURA 09 – Gangorras no parque Siritinga



Fonte: Gomes (2003). Modificado pelo autor.

FIGURA 10-Passarelas no parque da Siritinga



Fonte: Gomes (2003). Modificado pelo autor

Entretanto, a partir de meados dos anos 2005, o Parque da Siritinga passou a sofrer com o descaso da administração pública, resultando em um progressivo abandono de suas estruturas e da manutenção de seus atrativos. O que outrora foi um espaço acolhedor foi gradualmente se deteriorando, restando apenas lembranças e um forte sentimento de perda entre os habitantes que conviveram com sua antiga vitalidade. Atualmente, quase 20 anos depois o parque se encontra no estado de abandono (ver figuras 11 e 12).

FIGURA 11 – Lagoa da Paz em estado de abandono no Parque Siritinga



Fonte: acervo pessoal (2025).

FIGURA 12 – Área de acampamento em estado de abandono no Parque Siritinga

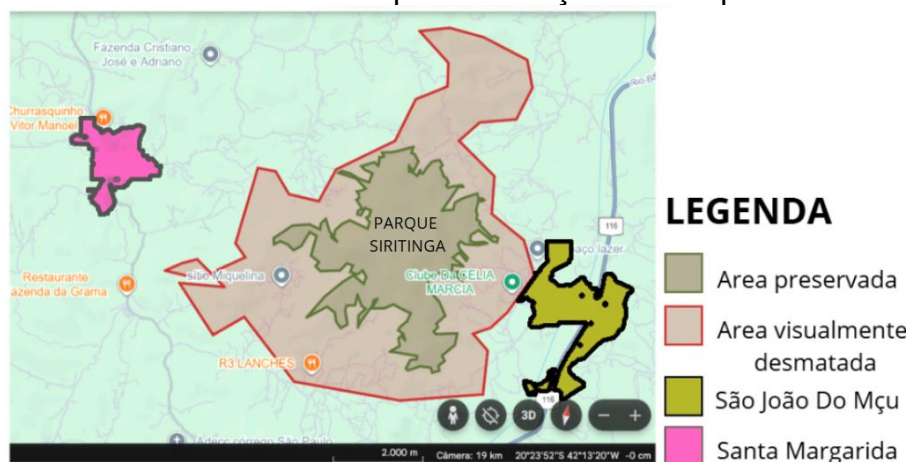


Fonte: acervo pessoal (2025).

Logo se percebe que todos os cuidados anteriormente destinados à área foram negligenciados, restando poucos — ou nenhum — vestígios do que outrora foi um parque de notável beleza. Como consequência desse abandono, observa-se a ocorrência de desmatamento em diversas áreas ao redor da reserva, as quais vêm sendo convertidas em lavouras de café (ver Figuras 13). Considerando tratar-se de uma extensa área de floresta nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica — um dos mais ricos em biodiversidade e, ao mesmo tempo, um dos mais ameaçados — torna-se imprescindível a adoção de medidas efetivas para sua preservação e proteção. É

dever coletivo zelar por esse patrimônio natural, assegurando sua integridade para as gerações presentes e futuras.

FIGURA 13 – Mapa de Situação do Parque



Fonte: Google Earth (2025). Modificado pelo autor

Por isso, a realização dos estudos de caso visa levantar, por meio de uma análise qualitativa, as características e os elementos que possam subsidiar o programa de necessidades a ser desenvolvido para a proposta de intervenção na área do Parque Siritinga, em São João do Manhuaçu – MG. Para tanto, foram escolhidos como referências a cidade de Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo, e a região de Val d'Orcia, na Toscana, Itália.

2.8 Estudo de casos

2.8.1 Val d'Orcia na Região da Toscana - Itália

O Val d'Orcia, localizado no sul da Toscana (Itália), é uma referência mundial em agroturismo, destacando-se pela harmonia entre a paisagem natural, o patrimônio histórico e as práticas agrícolas sustentáveis. A região tornou-se um modelo de turismo rural ao valorizar o território, preservar a cultura e promover o desenvolvimento das comunidades locais (ver Figura 14).

Situada ao sul da província de Siena, nas proximidades da fronteira com a Úmbria, a região do Val d'Orcia estende-se pelas encostas do Monte Amiata. Seu nome deriva do rio Orcia, que atravessa o território. A paisagem é marcada por colinas ondulantes, vinhedos, olivais, bosques de castanheiros e ciprestes, além de vilarejos medievais como Pienza, Montalcino, San Quirico d'Orcia e Castiglione d'Orcia — todos envolvidos em práticas agrícolas e turísticas tradicionais.

FIGURA 14 – Localização do Val d'Orcia na Itália



Fonte: Google Maps (2025). Modificado pelo autor.

O *Val d'Orcia* oferece um vasto repertório de atrativos, unindo elementos históricos, naturais e produtivos. Entre os pontos de maior destaque estão: *Montalcino*, conhecida pela produção do vinho Brunello di Montalcino e por sua fortaleza medieval; *Montepulciano*, vila renascentista famosa pelo vinho *Nobile di Montepulciano*; *Pienza*, cidade planejada no século XV, referência em urbanismo renascentista e conhecida pela produção do queijo *Pecorino di Pienza*; *Castiglion d'Orcia* e *Radicofani*, que se destacam por suas fortalezas históricas e pela proximidade de áreas termais, como Bagni San Filippo.

A paisagem é composta por colinas argilosas conhecidas como *Crete Senesi*, com ravinas (*calanchi*) e formações chamadas *biancane*, proporcionando uma experiência estética de grande apelo, fortemente associada à identidade toscana.

A identidade gastronômica do *Val d'Orcia* está profundamente ligada ao agroturismo. As propriedades rurais — que também funcionam como hospedagens — oferecem experiências autênticas associadas à culinária e ao cultivo de alimentos. Entre os produtos típicos, destacam-se: *Brunello di Montalcino*, um dos vinhos mais prestigiados da Itália; *Nobile di Montepulciano*, vinho tinto DOCG mencionado desde o século VIII; *Pecorino di Pienza*, queijo de leite de ovelha de sabor marcante; e Cinta Senese, carne suína de raça autóctone, base para diversos embutidos.

Tais produtos integram a experiência turística por meio de degustações, oficinas culinárias, visitas guiadas às vinícolas e atividades ligadas ao campo, promovendo o contato direto com a produção e com os produtores locais (ver Figura 15).

FIGURA 15 – Local de cultivo de uvas para fabricação do vinho Brunello di Montalcino



Fonte: Revista adega Uol (2022)

O *Val d'Orcia* configura-se como um modelo exemplar de agroturismo integrado à conservação da paisagem, à valorização do patrimônio histórico e à dinamização da

economia rural. Sua bem-sucedida articulação entre turismo, agricultura e cultura oferece importantes lições para regiões brasileiras em processo de estruturação do agroturismo, como Venda Nova do Imigrante.

2.8.2 Venda Nova do Imigrante

O município de Venda Nova do Imigrante, localizado no Espírito Santo, consolidou-se como referência nacional na prática do agroturismo modalidade de turismo rural que integra atividades de lazer à vivência do cotidiano agrícola, promovendo também a valorização ambiental e cultural do meio rural.

A prática teve início na região ainda em 1987, antes mesmo da consolidação do conceito no Brasil. Inspirados no modelo italiano de “agroturismo”, os primeiros empreendedores buscaram experiências na Europa e adaptaram o conceito à realidade local. Tal protagonismo levou à concessão informal do título de Capital Nacional do Agroturismo pela Associação Brasileira de Turismo Rural (Abratur), em reconhecimento ao pioneirismo da iniciativa.

O reconhecimento tornou-se oficial em 2023, com a promulgação da Lei Federal nº 14.636, de 25 de julho de 2023, que conferiu a Venda Nova do Imigrante, de forma definitiva, o título de Capital Nacional do Agroturismo. O município destaca-se pela forte participação comunitária na atividade: cerca de 70 propriedades rurais, envolvendo aproximadamente 300 famílias e 1.500 pessoas, contribuem diretamente para a oferta turística.

Durante as visitas às propriedades, os turistas podem apreciar uma variedade de produtos artesanais e gastronômicos típicos da região, como o Socol (embutido suíno condimentado), o Limoncello (licor de limão siciliano), o queijo tipo Resteia (de textura macia e sabor levemente adocicado), a Puína (variante de ricota cremosa), a Grappa (destilado obtido do bagaço da cana) e a Caponata (antepasto de berinjela). Outros itens amplamente comercializados incluem café Arábica, cachaças artesanais, geleias, doces em compota ou cristalizados, biscoitos caseiros, vinhos, fubá moído em pedra, além de artesanatos (ver figura 16) locais e flores ornamentais.

FIGURA 16 – Comércio de artesanato em Venda Nova do Imigrante - ES



Fonte: Sylvia Yano (2014).

Venda Nova do Imigrante está situada a cerca de 103 km da capital Vitória e, conforme o Censo do IBGE (2022), possui uma população de 23.831 habitantes. Colonizada no século XIX, especialmente por imigrantes italianos e, em menor escala, por portugueses, a cidade preserva fortes traços culturais herdados desses povos, refletidos nas festas típicas, na culinária e nas práticas do agroturismo.

O município também oferece atrações turísticas diversas, como festas culturais, entre elas a tradicional Festa da Polenta, além de trilhas e paisagens naturais, como a famosa Pedra Azul, que favorecem o turismo de lazer (ver figura 04). Esse modelo de turismo rural e cultural torna-se uma referência para São João do Manhuaçu, que apresenta características semelhantes e potencial para adotar estratégias de diversificação econômica aliadas ao turismo sustentável.

Figura 03 – Trevo de Venda Nova do Imigrante-ES



Fonte: VENDA NOVA DO IMIGRANTE
(2023)

Figura 04 - Pousada Bela Aurora em Venda Nova do Imigrante-ES



Fonte: Saquetto (2024)

As manifestações culturais e as tradições comunitárias desempenham um papel essencial no fortalecimento do turismo rural, pois preservam a identidade local e promovem a integração entre visitantes e moradores. Em Venda Nova do Imigrante, práticas como os tradicionais leilões realizados aos domingos de maio, após missas e celebrações, reforçam esse vínculo entre fé, cultura e convivência social. Como destaca o *Jornal Folha da Terra* (2008), "além de arrecadar, o leilão é uma festa, lugar de encontro". Essa atmosfera acolhedora e autêntica é o que torna o turismo rural tão especial e inspirador, especialmente para municípios como São João do Manhuaçu, que buscam caminhos sustentáveis de desenvolvimento baseados em suas raízes e no envolvimento da comunidade.

2.8.3 Centro de Referência do Café de Sombra do Ceará (CRCSC).

O Centro de Referência do Café de Sombra do Ceará (CRCSC), localizado em Baturité, é um exemplo relevante de iniciativa que alia turismo sustentável, valorização cultural e fortalecimento da agricultura familiar. Como estudo de caso para este trabalho, o CRCSC demonstra como o café pode ser utilizado como produto âncora para impulsionar o turismo rural, promover práticas agroecológicas e gerar renda para comunidades locais por meio da integração entre produção agrícola, educação ambiental e experiências turísticas (ver figura 01 e figura 02).

Figura 01 – projetos sobre café na região de Baturité-CE



Fonte: Cabral (2022)

Figura 02 – Centro de referência do café - Baturité-CE



Fonte: @PoraipeLondrEste_ (2024)

A experiência de outras regiões brasileiras que conseguiram articular suas características naturais e culturais ao turismo serve como referência para o desenvolvimento de novos destinos.

Na macrorregião turística de Baturité é explorado, em especial, o turismo de serra que se encontra segmentado em turismo de aventura, ecoturismo, turismo rural, turismo cultural e religioso, turismo de eventos e turismo de raiz. Estes segmentos de turismo estão ligados diretamente às condições naturais e culturais encontradas na serra (OLIVEIRA, 2016, p. 3).

Mesmo sendo uma região de clima quente e com produção cafeeira limitada se comparada à Zona da Mata Mineira, o Ceará conseguiu consolidar uma tradição turística forte, apoiada na valorização de seus recursos naturais, na cultura local e na adaptação de atividades rurais ao turismo. Isso mostra que, mesmo com menor expressão agrícola, é possível transformar elementos indenitários e paisagens típicas em atrativos turísticos sustentáveis, o que reforça ainda mais o potencial de regiões como São João do Manhuaçu, onde o café já é uma atividade predominante e pode ser integrado ao turismo como produto âncora.

O município de Venda Nova do Imigrante, localizado na região serrana do Espírito Santo, é amplamente reconhecido como um dos principais exemplos de desenvolvimento do turismo rural baseado na valorização da agricultura familiar e das tradições locais (ver figura 03). De acordo com Pedreira, *et al.* (2012), o município é considerado a “Capital Nacional do Agroturismo” por ter estruturado roteiros turísticos que integram propriedades rurais, produção artesanal e experiências culturais, fortalecendo a economia local e promovendo o desenvolvimento sustentável

2.8.4. Diretrizes para o projeto.

Tendo como base os conceitos estudados sobre o tema e a metodologia aplicada à pesquisa, foi possível analisar a atual realidade do Parque da Siritinga, identificando seu estado de degradação e a necessidade urgente de requalificação. A proposta visa resgatar os ideais que fundamentaram o antigo parque, ao mesmo tempo em que incorpora inovações tecnológicas e novas atrações, com o objetivo de consolidar o espaço como um polo turístico multifuncional.

Para tanto, busca-se romper com a lógica de abandono e desuso, propondo a criação de um ponto turístico estruturado em torno de um palco para eventos voltados à cafeicultura — atividade de grande relevância econômica e cultural no Brasil. A expectativa é que esse espaço promova a valorização da produção agrícola regional, atraia visitantes de diversas partes do país e estimule os produtores e proprietários de fazendas do entorno a investirem em áreas e comércios de apoio ao turismo local. Dessa forma, o parque poderá não apenas recuperar sua função social e ambiental, mas também gerar retorno financeiro ao município e fortalecer o vínculo entre o meio rural, o patrimônio natural e o turismo sustentável.

Diante dessa realidade, por meio da análise das legislações municipais vigentes e de estudos técnicos do terreno, foi possível delimitar as áreas passíveis de intervenção e construção dentro do parque, garantindo que nenhuma ação comprometa a integridade da floresta nativa existente.

Com base nas áreas disponíveis para intervenção, torna-se viável a elaboração de um projeto de requalificação do Parque da Siritinga, com foco na restauração ambiental, na valorização sociocultural e no desenvolvimento econômico sustentável. A proposta tem como eixo estruturante a inserção do agroturismo, aproveitando o potencial produtivo e cultural da região. Nesse contexto, propõe-se a criação de uma área para eventos voltados à cafeicultura, diversas zonas de convivência próximas à represa, além de chalés para hospedagem durante os períodos de eventos.

Complementam o projeto uma portaria principal, estrutura de sanitários e banheiros, um restaurante de qualidade e atrações recreativas, como trilhas ecológicas para o topo da montanha, tirolesa e as tradicionais gangorras já conhecidas pela comunidade (ver a tabela 01). Seguindo essa lógica de organização espacial e funcional, foi possível desenvolver um programa de necessidades detalhado que representa a interconexão entre os diferentes equipamentos propostos e sua relação com o meio natural e construído. A implantação de tais estruturas respeita os limites e definições estabelecidos pela Lei Municipal nº 525, de 1º de março de 2010, que detalha o zoneamento econômico-ecológico do Parque, delimitando áreas de Uso Especial e de Uso Intensivo (com 5,52 hectares), destinadas à administração, manutenção e serviços do parque, incluindo visitação, trilhas interpretativas e equipamentos recreativos, como os propostos neste projeto. Todas as intervenções previstas foram planejadas para se concentrar exclusivamente nessas zonas permitidas, assegurando a preservação da Zona Intangível (com 4,18 hectares), cuja função é integralmente voltada à proteção ambiental, sem uso público direto.

TABELA 01 - Programa de Necessidades para o projeto do Parque Siritinga

Nº	Tipo de Espaço	Descrição
01	Edificação	Portaria e chalés
02	Área aberta	Lagoa e deck
03	Edificação	Banheiros
04	Edificação	Área de eventos e simpósios de cafeicultura, com estrutura complementar
05	Edificação	Administração
06	Trilhas	Para o topo da montanha e interior da mata

Fonte: acervo pessoal (2025).

É perceptível que essa proposta não se limita apenas aos limites físicos do Parque da Siritinga. Ao contrário, ela se apresenta como ponto de partida para uma transformação mais ampla na dinâmica do agroturismo em São João do Manhuaçu. A

longo prazo, a intenção é estabelecer uma rota de agroturismo no município, inspirada em modelos consolidados, como o de Val d'Orcia, na Itália, e o de Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo, integrando propriedades rurais, experiências culturais e atividades turísticas.

No entanto, para que essa visão se concretize, é imprescindível priorizar, em um primeiro momento, a requalificação e valorização do Parque da Siritinga, que, em tempos passados, foi o principal ponto turístico da cidade. Cuidar e revitalizar esse espaço é o primeiro passo para resgatar a identidade turística local e construir um futuro sustentável para a região.

3.CONCLUSÃO

O presente artigo tem por objetivo estabelecer um estudo, por meio de revisões bibliográficas e da análise da área estudada, a fim de contribuir para o entendimento da atual situação da área de preservação existente na cidade de São João do Manhuaçu – MG, tendo o Parque da Siritinga como objeto de estudo para analisar suas potencialidades, seus usos e sua relevância no contexto da cidade, assim como na melhoria da qualidade de vida da população.

Ao longo do estudo e das análises, percebe-se a importância da preservação das áreas de mata nativa para o contexto das cidades de pequeno e médio porte. Espaços planejados com foco na biodiversidade, que sejam acessíveis a variadas faixas etárias e que consigam se manter preservados, proporcionam melhorias para toda a região, além de oferecer à cidade uma grande possibilidade de captação financeira, ao se tornar um marco turístico. Isso demonstra maior desenvolvimento e transmite à população o orgulho de ser uma cidade que preserva o meio ambiente e faz bom uso de seus recursos.

Na cidade de São João do Manhuaçu, assim como em outras cidades brasileiras de pequeno porte situadas na área da Mata Atlântica, é notável a existência de áreas de floresta que ainda persistem em meio ao desmatamento, contrariando sua verdadeira função de proporcionar lazer e cultura aos moradores e visitantes, servindo muitas vezes como áreas inutilizáveis. Contudo, observa-se a falta de iniciativas de políticas públicas que visem planejar novas áreas adequadas para turismo e lazer, bem como a ausência de ações para recuperar áreas que sofreram desmatamento e queimadas. Conclui-se, portanto, que a inexistência de leis mais severas em relação às práticas de degradação ambiental influencia negativamente o cotidiano dos cidadãos, permitindo que áreas de grande riqueza e potencial sejam degradadas.

O Parque da Siritinga, por sua vez, é uma área disponível e bem localizada, porém vem sendo negligenciada pela administração pública. Assim, o referido parque deveria ser requalificado de forma definitiva pela administração municipal, que, por meio de articulações público-privadas e parcerias com instituições interessadas na temática, possibilitaria condições ideais para a ressignificação e adequação das potencialidades turísticas do local. Essa requalificação deve respeitar todas as leis de preservação, acessibilidade, paisagismo, recreação, contemplação e atração turística, além das legislações municipais, estimulando a sociabilidade e a diversidade, e contribuindo significativamente para a revitalização do Parque.

4. REFERÊNCIAS

AGDA, Bruna. **Ressignificação de espaços públicos e sua contribuição na requalificação da cidade**: um estudo do Parque de Exposições e Eventos de

Manhuaçu-MG. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG, 2018.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ANDRADE, J. V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1997.

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

ANDRADE, Vagner. Educação do campo e turismo rural como resistências à expansão desenfreada do agronegócio: cursos propostos e viabilizados de desenvolvimento agroecológico enquanto estratégias de gestão socioambiental. **Revista Ciranda**, v. 5, n. 1, p. 77-98, nov./jan. 2021.

ARROYO, J. Bordas e espaço público: fronteiras internas na cidade contemporânea. Portal Vitruvius, **Arquitextos**, São Paulo, n. 081.02, ano 7, fev. 2007.

BATISTA GOMES, João. Parque Siritinga. 2003. Imagem.

RODRIGUES, Rodrigo. Centro Internacional do Café de Sombra. 11 set. 2020. Imagem. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/macico-do-baturite-ganhara-centro-internacional-do-cale-de-sombra-ate-2021-1.2987129>. Acesso em: 23 maio 2025.

CARNIELLO, Monica. Turismo como vetor de desenvolvimento local: análise da estrutura turística no município de São José do Barreiro - SP. Redes: **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 3, p. 422-440, set./dez. 2018.

CUNHA, C. F. da. **Disposição a pagar pelo café orgânico**: um estudo no município de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - USP, Piracicaba, 2006.

DA SILVA, J. M. C.; LEAL, I. R.; TABARELLI, M. Caatinga: *the largest tropical dry forest region in South America*. Switzerland: Springer, 2018.

EMMENDOERFER, Magnus. Administrando o meio ambiente com sustentabilidade: análise do impacto do agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES). **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 109-125, jan./jun. 2006.

EMMENDOERFER, M. L. **O turismo sustentável como oportunidade para os municípios brasileiros com base econômica no setor primário**. In: PRÊMIO SESC-SENAC DE TURISMO SUSTENTÁVEL, Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, S. G. **Os impactos das pequenas cidades**: um estudo em Itapeçerica - MG. Lavras: [s. n.] 2005.

GOOGLE. Localização da cidade de São João do Manhuaçu, MG. 3 jun. 2025. Imagem. Disponível em: <https://www.google.com/maps/search/80575171842,+7735703085/@-15.7759057,->

[47.7971168,9z?authuser=0&entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDYwOS4wIKXMDSoASAFQAw==](https://www.google.com/search?q=47.7971168,9z?authuser=0&entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDYwOS4wIKXMDSoASAFQAw==). Acesso em: 3 jun. 2025.

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. (Org.). **The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices**. Boca Raton: CRC Press, 2010.

GUILHERMINO, M. M. *et al.* Defesa da Caatinga: proposta de política pública para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em bioma Caatinga. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 14, n. 2, p. 372-386, 2019.

GUILHERMINO, Magda. Agrotilha na Caatinga: instrumento pioneiro para o turismo rural e estratégia de educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 5, p. 377-391, jan./mar. 2021.

GUARALDO, Matheus. **Uma análise do café de montanha da região do sul de Minas Gerais**: dos custos de produção aos mecanismos de comercialização. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Limeira - SP, 2014.

GUIMARÃES, S. T. L. **Trilhas interpretativas e vivências na natureza**: reconhecendo e reencontrando nossos elos com a paisagem. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2001.

RIBEIRO, Kayky. **Centrodereferenciadocafe**. 14 abr. 2024. Imagem. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https://www.instagram.com/centrodereferenciadocafe/p/C5vh-k6uVtK/&psig=AOvVaw1jqht8ntJxWOcqxeO4z5OW&ust=1750691948843000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBQQjRxqFwoTCNDHvfOphY4DFQAAAAAdAAAAABAE>. Acesso em: 17 maio 2025.

Lanna, Daniela. Agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES) e seus fatores condicionantes: um estudo baseado em publicações locais. **Revista Turismo em Análise**, v. 33, n. 1, p. 135-152, fev. 2022.

LOBATO, Monteiro. Cidades mortas. **Revista do Brasil**: São Paulo: [s.n.], 1919.

Luiz, J. S.; Santos, F. V. A. SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA in: Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, M. G. de; SOUZA, P. A. R. Turismo e meios de hospedagem: uma revisão sistemática de teses e dissertações de 2000 a 2016 no Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desenvolvimento**, n. 24, jun. 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turydes/24/turismo-meios-hospedagem.html>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PEREIRA, S. P.; BARTHOLO, G. F.; GUIMARÃES, P. T. G. **Cafés especiais**: iniciativas brasileiras e tendências de consumo. Belo Horizonte: EPAMIG, 2004. (EPAMIG. Série Documentos, 41).

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 3. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2001. RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. Agricultura familiar e programas

de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, Brasília, out./dez. 2007.

RIBEIRO, S. R.; LIMA, F. A. O café sombreado da Serra de Baturité, Ceará, Nordeste do Brasil: gestão ambiental, sustentabilidade e impactos ecossocioeconômicos. **Turismo: Visão e Ação**, v. 25, n. 3, p. 482-504, 2023.

SAQUETTO, Danielli. Pousada Bela Aurora, Venda Nova do Imigrante-ES. 28 set. 2024. Imagem. Disponível em: <https://diaadiaes.com.br/descubra-as-belezas-e-os-sabores-do-primeiro-distrito-turistico-do-espirito-santo/>. Acesso em: 23 maio 2025.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. **Agroecologia e economia solidária**: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 105-127.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. 205 p.

SILVA, Graziano da; JOSÉ et al. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. In: ALMEIDA, J. A. et al. (Org.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

SILVEIRA, K.; MELO, M. **Uma avaliação das trilhas ecológicas do Parque Estadual de Dois Irmãos – Recife/PE**. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, IV, 2009, Belém. Anais [...]. Belém: IFPA, 2009.

SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TREVO de Venda Nova do Imigrante-ES. 20 jun. 2023. Imagem. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https://www.vendanova.es.gov.br/noticia.php?id=4080&psig=AOvVaw13mmOA-hFroJZP32_u3oNP&ust=1750692507165000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBQQjRxqFwoTCJi93_yrhY4DFQAAAAAdAAAAABAE. Acesso em: 17 maio 2025.

VIEIRA, Laurindo. **O agronegócio no Brasil, uma visão geo-econômica do avanço da commodity soja na região do MATOPIBA**: o caso Balsas – MA, a cidade do agronegócio. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2019.

YANO, Sylvia. Comércio de artesanato em Venda Nova do Imigrante - ES. 29 nov. 2014. Imagem. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https://sentidosdoviajar.com/venda-nova-do-imigrante-o-que-fazer-na-cidade-do-agroturismo/&psig=AOvVaw2Szue4TeHlUbaNULQmnkjJ&ust=1750900593154000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBUQjRxqFwoTCJDYnZOzi44DFQAAAAAdAAAAABAE>. Acesso em: 27 maio 2025.